

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	1
Título: O gás natural está na moda	1
Título: Broadcast de olho nas ações.....	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Governo Bolsonaro desiste de injetar dinheiro na Eletrobras.....	4
Título: Manchas de óleo que atingem o Nordeste chegam ao litoral da Bahia	6
VEÍCULO: O Globo.....	8
Título: Governo retira garimpeiros de terra ianomâmi em Roraima	8
Título: Garimpo em terras indígenas: ativistas podem ir ao Supremo	9
Título: O RIO VOLTARÁ A TER UM GRANDE MUSEU DE CIÊNCIAS.....	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	10
Título: Pré-sal é com Guedes, diz Bolsonaro.....	10

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/10/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: O gás natural está na moda

O gás natural será a energia da transição energética. O gás natural terá seu preço decrescente em razão do grande crescimento da oferta. O gás natural será o último fóssil a ter posição preponderante na matriz energética. O shale gas transformou os EUA no maior produtor de gás natural. A Argentina poderá voltar a ser uma grande produtora de gás natural com a descoberta do Campo de Vaca Muerta. Com o gás natural do pré-sal o Brasil deixará de ser importador nos próximos sete anos. Tanto em nível mundial como local, o gás natural está na moda. Em alguns países, como nos EUA, o gás é uma realidade. No primeiro ciclo da transição energética, substituiu o carvão nas térmicas, trouxe de volta a competitividade das petroquímicas no solo americano e, agora, está substituindo o diesel em caminhões, navios e locomotivas.

A penetração do gás na matriz americana foi rápida por causa da existência de grande infraestrutura de gasodutos, Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs) e armazenamento. Além disso o shale gas, como é produzido onshore, tem custo muito baixo, o que ocasionou um choque de preços. No Brasil, diante do crescimento da oferta de gás natural – tanto o importado, em particular o GNL, como o nacional vindo do pré-sal –, o governo vem tentando promover políticas que incentivem uma maior participação dessa fonte na matriz energética. Tivemos o programa Gás para Crescer, no governo Temer, e agora, no governo Bolsonaro, o Novo Mercado de Gás.

Tivemos, ainda, algumas medidas infralegais: o Decreto 9.616 no governo Temer e, no governo Bolsonaro, a Resolução CNPE 16, o Termo de Compromisso de Cessão entre o Cade e a Petrobrás e o Decreto 9.934. Todas essas medidas trazem propostas de mudanças comportamentais, por meio de novas regulações, bem como a venda de empresas pela Petrobrás. As medidas comportamentais, sem dúvida, são as mais difíceis de serem implantadas. Mas com certeza serão as que possibilitarão a concorrência e, conseqüentemente, preços mais baixos do gás natural no Brasil. Nesse sentido, a proposta de dar acesso a infraestruturas como gasodutos de escoamento, transporte e UPGNs é bem-vinda para promover a concorrência.

Afinal, a concorrência existe na produção de gás, já que transporte e distribuição são monopólios naturais. Além do mais, o principal responsável pelo fato de o gás no Brasil ser caro é o preço da molécula, e não as tarifas reguladas de transporte e distribuição. Daí ser fundamental promover a diversidade de fornecedores com o objetivo de reduzir o preço da molécula de gás natural. O grande obstáculo para construir um mercado de gás garantindo preços mais competitivos é a falta de infraestrutura no Brasil. Caso não se ampliem as infraestruturas de gasodutos e de UPGNs, grande parte do gás do pré-sal será reinjetada. Com isso não teremos choque de oferta, tampouco de preços. E como viabilizar novas infraestruturas de gás natural?

Assim como nos primeiros ciclos tarifários do setor de energia elétrica, é necessário que no transporte e na distribuição de gás o foco seja a rentabilidade dos investimentos, incentivando sua expansão, e não a modicidade tarifária, que virá, como também ocorreu no setor elétrico, nos ciclos posteriores. Aliado a isso, viabilizar a “bancabilidade” e a atração de capital de risco para os investimentos no desenvolvimento da infraestrutura do setor. Para isso será preciso criar mecanismos de garantia que permitam à iniciativa privada executar esses investimentos. Há vários exemplos pelo mundo, e um dos mais interessantes são os Master Limited Partnerships (MPLs) usados nos EUA.

Sua primeira emissão no mercado americano foi em 1981. Esse modelo de financiamento é caracterizado pela criação de uma sociedade limitada com isenção de Imposto de Renda. Nos EUA já existem 87 empresas que são a principal fonte de financiamento da malha de transporte do shale gas. O modelo da Receita Anual Permitida (RAP), amplamente utilizado no setor elétrico, poderia, junto com os MPLs, viabilizar a expansão da infraestrutura. Esta é a discussão para construir o novo mercado de gás. O resto é populismo e oportunismo político.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 05/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Renato Carvalho

Título: Broadcast de olho nas ações

As ações da Eletrobrás acumulam quedas próximas de 15% nos últimos 30 dias, depois de praticamente triplicarem de valor desde as eleições presidenciais do ano passado. Apesar da margem para realização de lucros ainda ser grande, os analistas chamam a atenção para as indefinições sobre o processo de privatização da companhia. Até o primeiro semestre, havia a expectativa de que a operação acontecesse ainda este ano. Agora, os analistas são unânimes na projeção de que a privatização ocorrerá, mas de forma mais lenta. Luis Sales, analista da Guide, continua confiante na venda da Eletrobrás pela União. Ele afirma que a queda recente é resultado das discordâncias entre a equipe econômica e o Congresso.

Mas Sales justifica o otimismo com três pontos. “A necessidade do governo de arrecadar recursos, dificuldade da companhia em gerar valor sob administração estatal e o nível de endividamento elevado aliado com as crescentes necessidades de novos investimentos”. O ritmo do processo foi um ponto ressaltado por André Ferreira, analista da MyCap. Ele lembra que o próprio presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), já tratou desse tema. “Outro ponto a ser levado em consideração é a indisposição do Senado

em aprovar a privatização, já que há muitos integrantes da Casa contra o processo, o que vai exigir boa articulação do governo”. Pedro Galdi, da Mirae Asset, demonstra preocupação com a falta de definição do modelo que será utilizado para privatização.

“O processo deve ocorrer no próximo ano, mas essa indefinição confirma nossa visão de que para este acontecimento, a Eletrobras deverá passar por uma série de ajustes para torná-la atrativa para a iniciativa privada”, afirma. O economista-chefe do Modalmais, Alvaro Bandeira, lembra que o próprio secretário de privatização Salim Mattar, admitiu que existem alguns obstáculos até se chegar na privatização. Mas ele demonstra otimismo. “Acho que privatizações e concessões vão ganhar maior impulso no próximo ano, e a liderança deve caber à Eletrobras”. Com o início do mês de outubro, bancos e corretoras fizeram um volume maior de alterações nas suas carteiras, em relação à semana passada. O Banco do Brasil Investimentos (BB-BI), que faz atualização mensal, realizou quatro mudanças.

Além da manutenção de Cia. Hering ON, entraram na lista Eneva ON, Itaú Unibanco PN, Petrobras PN e Rumo ON. O Bradesco BBI, que também faz mudanças mensais, fez somente uma troca, de Tenda ON por Rumo ON. A Socopa fez três mudanças em sua carteira para outubro, com as entradas de Bradesco PN, Vale ON e EDP Energias do Brasil ON. A Planner retirou Linx ON e inseriu Iochpe Maxion ON. Três corretoras mudaram totalmente suas listas de recomendações. A carteira da MyCap passa a ser composta de Vale ON, Centauro ON, Duratex ON, B3 ON e Eztec ON. No Modalmais, as recomendações são BRMalls ON, Raia Drogasil ON, Itaú Unibanco PN, Magazine Luiza ON e IRB Brasil Re ON. Na Nova Futura, a carteira passa a ser composta por AES Tietê Unit, Sanepar PN, Tupy ON, Vale ON e Notre Dame Intermédica ON. A XP Investimentos fez três alterações, com as entradas de B2W ON, Petrobras PN e JBS ON. A Mirae fez duas mudanças, inserindo GPA PN e Vale ON.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/10/2019

Seção: Mercado

Autor: Danielle Brant

Título: Governo Bolsonaro desiste de injetar dinheiro na Eletrobras

Estratégia da gestão agora é fazer ofensiva no Congresso por privatização, para levantar R\$ 18 bilhões com a venda

Brasília- O governo enterrou de vez os planos de injetar R\$3,5 bilhões na Eletrobras para tornar a estatal mais atraente para investidores privados e decidiu adotar uma estratégia de corpo a corpo com parlamentares em uma

ofensiva para angariar apoio ao projeto de lei que abrirá caminho para a privatização da elétrica.

Nas últimas semanas, **o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia)** fez reuniões com partidos como PSL, Novo, DEM, PB PL e MDB para apresentar anova proposta de aumento de capital da estatal que deve ser enviada ao Congresso via projeto de lei.

A Eletrobras, assim como os Correios, está no rol de estatais que não podem ser vendidas sem aval parlamentar. Em abril, o governo editou uma medida provisória que possibilitaria a injeção dos R\$ 3,5 bilhões alocados no orçamento para a capitalização da elétrica — uma ação de participação da União no capital.

A MP buscava ressarcir a estatal por despesas com combustíveis realizadas pelas distribuidoras de energia e que não tenham sido reembolsadas por tarifas nem fundos do setor elétrico. Sem a medida, a estatal terá que assumir dívidas das subsidiárias, o que a torna menos interessante aos olhos de potenciais investidores.

O discurso oficial já é de que o dinheiro não entra na estatal. No Ministério de Minas e Energia, pasta que tem o maior bloqueio orçamentário percentual dentre todos os órgãos, com somente 20,7% da dotação liberada, o dinheiro aparece como contingenciado, sem possibilidade de execução.

Segundo o Ministério da Economia, a decisão de não capitalizar a estatal se deu pelo cenário fiscal ruim e pelas frustrações com receitas neste ano.

Albuquerque disse que não será feito qualquer aporte de capital do governo na estatal. Segundo o ministro, o plano de privatização deve passar pela diluição da participação acionária da União na Eletrobras. Seria semelhante ao que ocorreu com a BR Distribuidora, cujo controle foi vendido pela Petrobras em julho deste ano em operação que envolveu o lançamento de ações em Bolsa.

O modelo de venda, segundo o ministro, já foi aprovado pelo presidente Jair Bolsonaro. Com isso, afirma, quando o projeto chegar ao Congresso, já haverá um entendimento dentro do Executivo. “E a gente pode eventualmente realizar algum aperfeiçoamento dentro desse diálogo”, afirma.

O governo espera levantar até R\$ 18 bilhões com a privatização pelo novo modelo.

Parlamentares que participam das reuniões disseram que, ao apresentar a proposta, o governo tem adotado o mesmo discurso do ministro Paulo Guedes (Economia), de que a estatal não consegue se financiar e que, sem investimentos, vai ser deixada para trás pelos concorrentes.

No Congresso, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) desponta como uma das vozes em defesa da venda da estatal. Na última quinta (3), após uma reunião com Guedes, disse ser favorável à privatização da Eletrobras.

“É um custo de administração de pessoal mais caro que a média do setor, então isso acaba gerando um prejuízo aos recursos da sociedade”, disse.

Mas o próprio Maia lembra que não representa o entendimento dos deputados sobre o tema. O corpo a corpo do governo junto aos parlamentares busca pacificar a questão e diminuir a resistência ao tema. Para o secretário de Privatização, Salim Mattar, as conversas são o melhor caminho para conseguir vencer a oposição à venda da estatal.

“Nós preferimos gastar tempo agora em conversa para depois ter celeridade no processo”, afirmou. Ele disse estar confiante de que o Congresso será favorável às privatizações.

“Acreditamos que, na hora do voto mesmo, a sensatez, o equilíbrio e a responsabilidade vão ser maiores e nós não teremos muita dificuldade na aprovação de leis, de PEC [proposta de emenda à Constituição] ou de PL [projeto de lei] ”.

Mattar defendeu que a Eletrobras seja incluída, via PL, na lei do PND (Programa Nacional de Desestatização). A estatal foi excluída do PND em 2004, durante o governo Lula.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 05/10/2019

Seção: Cotidiano

Autor: João Pedro Pitombo

Título: Manchas de óleo que atingem o Nordeste chegam ao litoral da Bahia

Região afetada é área de proteção de tartarugas marinhas; substância já foi detectada em 124 praias de 59 municípios

Depois de atingir praias de oito estados do Nordeste nos últimos 30 dias, as manchas de óleo chegaram ao litoral da Bahia na quinta (3).

Manchas de óleo com as mesmas características das encontradas nos demais estados nordestinos foram registradas na praia de Mangue Seco, no município de Jandaíra, que fica a 210 km de Salvador na divisa com Sergipe.

Apraia é um dos principais destinos turísticos da região e foi immortalizada pelo escritor baiano Jorge Amado ao servir de cenário para o romance “Tieta do Agreste”.

Também há manchas de óleo na praia de Siribinha, bucólica vila litorânea que pertence ao município de Conde (a 190 km de Salvador).

O Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) confirmou as novas manchas de óleo e informou que suas equipes estão em campo para avaliação e diagnóstico.

A Marinha do Brasil informou que encaminhou uma equipe da Inspeção Naval para colher amostras que serão encaminhadas para análise no Instituto de Pesquisas do Mar Almirante Paulo Moreira.

A região da Bahia atingida pelo óleo é uma área de proteção e preservação de tartarugas marinhas com atuação do Projeto Tamar.

A entidade, que já havia determinado a suspensão da liberação de filhotes no mar de Sergipe, está monitorando o avanço do óleo na Bahia. No setor turístico baiano, a preocupação é que o óleo siga na direção do litoral norte baiano como Praia do Forte, Sauípe e Imbassaí.

Além de também ser em berçário de tartarugas marinhas, as praias estão dentre os destinos turísticos mais procurados do litoral baiano. A possível chegada do óleo poderá representar um baque econômico para a região no momento em que inicia a alta estação.

Além das praias na Bahia, uma grossa camada de óleo também atingiu a praia Coroa do Meio, em Aracaju. A incidência da substância foi tamanha que a praia foi interditada pela Adema, órgão ambiental do governo de Sergipe.

“Registramos um toque mais agressivo das manchas e optamos por interditar a praia para fazer a limpeza”, afirma Gilvan Dias, diretor presidente da Adema. Ele diz que, além da areia, o óleo atingiu as pedras de contenção da praia, o que dificulta o trabalho de remoção da substância.

As primeiras manchas de óleo apareceram no litoral de Pernambuco, em 2 de setembro e, desde então, vêm se espalhando pelo Nordeste. O último balanço divulgado pelo Ibama na quinta-feira (3) aponta que foram atingidas pelo óleo 124 praias de 59 municípios — o levantamento ainda não incluía a Bahia.

Em quatro estados, foram encontradas mortas seis tartarugas marinhas e uma ave (bobo-pequeno). Outras três tartarugas foram resgatadas com vida.

VEÍCULO: O Globo**Data: 05/10/2019****Seção: O País****Autor: VINICIUS SASSINE****Título: Governo retira garimpeiros de terra ianomâmi em Roraima**

Reportagem do GLOBO revelou extração ilegal em reserva indígena ao longo do Rio Mucajaí; operação durou 12 dias e envolveu equipes do Exército e da Polícia Federal

Dois meses depois do GLOBO revelar o funcionamento do garimpo ilegal na maior terra indígena do Brasil, com o flagrante da extração de ouro a pleno vapor ao longo do Rio Mucajaí, em Roraima, órgãos do governo federal concluíram uma operação nos mesmos locais onde a reportagem esteve — o leito do Mucajaí, até a calha do Rio Couto Magalhães — e retiraram “centenas” de garimpeiros que estavam na terra dos ianomâmi. A informação foi divulgada na noite de ontem pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Além da Funai, a operação contou com Exército, Polícia Federal (PF), Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Grupo de Erradicação do Trabalho Escravo do Ministério da Economia e Polícia Civil de Roraima. A operação durou 12 dias e esteve em 30 áreas de garimpo ilegal nos leitos de Mucajaí e Couto Magalhães. Os garimpeiros foram retirados dos locais até mesmo por ar, em um helicóptero usado na ação. Esse tipo de transporte praticamente não é feito quando há ações do tipo. Até agora, o que o Exército vinha fazendo era tentar asfixiar o acesso de mantimentos a áreas de garimpo, como forma de obrigar um retorno dos garimpeiros.

Parte das pessoas retiradas da terra indígena foi levada para prestar depoimento à PF em Boa Vista. Algumas foram presas em flagrante. A operação, chamada Walopali/Curare, envolveu 75 servidores dos órgãos federais e resultou na destruição de “dezenas” de “tatuzões”, que são os equipamentos usados para lavar a terra atrás do ouro. Um helicóptero foi apreendido e duas pistas de pouso clandestinas, destruídas. A Funai informou que está reativando uma base de proteção no Mucajaí, “em consonância com a operação”. A base se chama Walopali — na língua ianomâmi, “espírito da onça-pintada”.

Entre 10 mil e 15 mil garimpeiros passaram a explorar o ouro da terra ianomâmi, segundo estimativas de garimpeiros e indígenas. A Funai fala num número entre 7 mil e 10 mil. O presidente Jair Bolsonaro defende a legalização da atividade dos garimpeiros em terras indígenas.

O GLOBO subiu o Mucajaí, até o Couto Magalhães entre julho e agosto. A reportagem documentou a incessante exploração ilegal do ouro à beira do rio e a rotina de tensão, conflitos, violência e destruição ambiental. A reportagem foi publicada no dia 4 de agosto. Um mês depois, o jornal publicou em seu site um minidocumentário sobre o que encontrou.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2019

Seção: O País

Autor: LEANDRO PRAZERES

Título: Garimpo em terras indígenas: ativistas podem ir ao Supremo

Grupos contestam intenção do governo de não conceder poder de veto às populações atingidas

Entidades que atuam em defesa do meio ambiente e dos direitos indígenas criticaram a intenção do governo de apresentar um projeto de lei ou medida provisória que regule a mineração em terras indígenas sem conceder poder de veto às populações afetadas. Caso o governo não recue, as entidades defendem que a questão seja levada à Justiça e até mesmo a fóruns internacionais.

A mineração em terras indígenas é permitida pela Constituição de 1988, mas nunca foi regulamentada, o que faz com que, hoje, ela não esteja autorizada. A abertura das terras indígenas para a mineração é uma das principais bandeiras de campanha do presidente Jair Bolsonaro e, na última quinta-feira, **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, disse que o governo deverá apresentar projeto de lei ou medida provisória para regulamentar o assunto.

O secretário de geologia e mineração do MME, Alexandre Vidigal, confirmou que a minuta do projeto prevê que os indígenas deverão ser consultados sobre a exploração mineral em suas terras, mas não terão poder de veto. Ou seja: a mineração poderá ocorrer nas terras indígenas mesmo se a população que vive nelas não concordar.

Para o coordenador de políticas públicas do Greenpeace, Márcio Astrini, se a proposta não prever poder de veto aos indígenas, ela representará uma violação à convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que determina consulta de populações tradicionais afetadas por atividades econômicas nas áreas onde elas vivem. Ele disse que, a depender do texto, a alternativa seria levar a questão ao Supremo Tribunal Federal.

—Acho que essa questão vai acabar sendo submetida à análise do STF. Se ela vier desse jeito, não será a primeira vez que o governo elabora projetos que infringem a Constituição — disse Astrini.

Para a coordenadora da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Sônia Guajajara, se a proposta for apresentada, isso será encarado como um “desrespeito” aos povos indígenas do país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 05/10/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: O RIO VOLTARÁ A TER UM GRANDE MUSEU DE CIÊNCIAS

A Agência Nacional do Petróleo aprovou ontem o projeto da Petrobras com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), que prevê um desembolso de R\$ 123 milhões até 2022, quando se comemora o bicentenário da Independência do Brasil, para a revitalização do antigo Museu de Ciências da Terra e seus laboratórios. Ele fica naquele majestoso prédio na Av. Pasteur, onde funciona a CPRM, erguido para abrigar o Palácio dos Estados, na Exposição Nacional de 1908. O museu, que sofreu um incêndio em 1973, quando foi destruída uma biblioteca técnica com 160 mil livros, tem ainda um importante acervo. Abriga, inclusive, o maior plantel de fósseis do Brasil. Aliás, o Instituto Brasileiro do Petróleo estuda instalar no mesmo prédio o Museu do Petróleo. Quem ganha é o Rio.

A TEMER O QUE É DE TEMER

Salim Mattar, o secretário de Privatização, diz que o governo levantou R\$ 96,2 bilhões com privatizações. Ocorre que nessa conta entram vendas, tanto da Petrobras quanto da Eletrobras, iniciadas no governo passado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 05/10/2019

Seção: Política

Autor: Augusto Fernandes

Título: Pré-sal é com Guedes, diz Bolsonaro

Apesar de líderes do Congresso Nacional buscarem uma alternativa junto ao governo para definir como será feita a divisão dos recursos que a União espera arrecadar com o leilão de áreas do pré-sal, o presidente Jair Bolsonaro não quis assumir compromissos quanto à discussão da partilha do dinheiro da chamada cessão onerosa, e deixou a negociação para os seus subordinados. “Isso está

com o Paulo Guedes, ministro da Economia, e com o ministro da Secretaria de Governo, Luiz Eduardo Ramos. Estão negociando”, declarou Bolsonaro, ontem, em frente ao Palácio da Alvorada.

Nos últimos dias, o assunto colocou em pé de guerra prefeitos, governadores e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), ameaçando a tramitação legislativa de temas estratégicos para o governo, como a reforma da Previdência.

Na quinta-feira, numa tentativa de acabar com a guerra aberta entre o Senado e a Câmara, Paulo Guedes reuniu-se com os presidentes das duas casas e propôs a divisão do dinheiro do megaleilão de petróleo da área do pré-sal também com congressistas, mediante aumento de recursos para emendas parlamentares. Assim, além de estados e municípios, deputados e senadores receberiam uma cota de R\$ 7,3 bilhões para direcionar a obras públicas em seus redutos eleitorais.

O megaleilão, previsto para 6 de novembro, vai ofertar o petróleo excedente que a Petrobras recebeu durante o processo de capitalização da companhia, em 2010. A empresa ganhou o direito de explorar uma área do Rio de Janeiro de 5 bilhões de barris de petróleo em troca do repasse de ações da companhia para a União. Mas após a exploração, a estatal descobriu que a reserva pode render, na verdade, até 15 bilhões de barris. É essa diferença que irá a leilão.

Dos R\$ 106,59 bilhões que devem ser arrecadados, a Petrobras receberá R\$ 33,6 bilhões, a título de indenização. Para o restante, havia sido estabelecida, inicialmente, uma partilha de 15% para estados e de outros 15% para municípios, o que daria R\$ 10,95 bilhões para cada uma das esferas. Por ser o estado produtor, o Rio de Janeiro receberia ainda uma cota de 3% (R\$ 2,19 bilhões). A União ficaria com 67% (R\$ 48,9 bilhões).

Os deputados Arthur Lira (PP-AL) e Elmar Nascimento (DEM-BA), porém cogitaram diminuir a parcela de 15% acertada para governadores e elevar de 15% para 20% o dinheiro destinado aos prefeitos. Além disso, eles gostariam de diminuir a parte da União no acordo. Como resposta, senadores nortistas e nordestinos, em defesa dos estados, articularam uma mudança na reforma da Previdência que excluiu do texto as mudanças sobre o abono salarial, diminuindo em R\$ 76,4 bilhões a economia esperada pelo governo na próxima década. Eles também ameaçaram não votar a matéria em 2º turno caso a proposta inicial não fosse respeitada.

Centrão quer verba eleitoral maior

Líderes de partidos do Centrão já falam em ir à Justiça para garantir um aumento no valor de dinheiro público destinado a financiar as campanhas municipais do próximo ano. Para reservar uma quantia maior de recursos, parlamentares pretendem derrubar, na semana que vem, o veto do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que muda o cálculo para definição do fundo eleitoral.

Há divergência, porém, se uma mudança na regra valerá para a disputa de 2020. De acordo com a lei, qualquer alteração que influencie no processo eleitoral precisa ser aprovada até um ano antes das eleições, prazo que acabou na quinta-feira. O conceito, no entanto, é aberto a interpretações, segundo afirmaram um ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dois advogados eleitorais ouvidos em caráter reservado.

Segundo um líder do Centrão, a falta de consenso é o que deve motivar a judicialização do tema. Um grupo de parlamentares propõe destinar ao menos R\$ 3 bilhões para financiar as campanhas no ano que vem.

Para o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), uma mudança nos critérios do fundo eleitoral não se encaixaria na regra, o que abre espaço para que nova alteração seja válida para 2020. Ele defende um aumento no valor do fundo.

A avaliação do relator do projeto que define as diretrizes orçamentárias no próximo ano, Cacá Leão (PP-BA), no entanto, é de que não é mais possível mudar os critérios. Segundo ele, deve valer o que foi definido pelo governo na proposta orçamentária do ano que vem — R\$ 2,5 bilhões, mas que deve ser reduzido para R\$ 1,86 bilhão, devido a um erro no cálculo do fundo. Em 2018, foi destinado R\$ 1,7 bilhão para as campanhas.

MME / ASCOM .